
EFEITOS DA ESCOLARIZAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL EM TRÊS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO**Dalzilene Oliveira Bernardo LOPES***

* dalzilenelopes@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo tem como o objetivo principal de demonstrar os resultados obtidos de uma pesquisa que analisa os resultados da escolarização de tempo integral em três escolas públicas da rede municipal, de Porto Velho, através de observação e de dados colhidos diretamente das escolas envolvidas no processo. Os dados obtidos e analisados, dessas escolas com diferentes tempos de adesão ao processo de escolarização de tempo integral, demonstram que os pontos positivos adquiridos, à partir da adesão, foram notórios e satisfatório perante a clientela e envolvidos no processo, em quanto que, em comparação aos pontos negativos acarretados pela implementação desse tipo de escolarização foi bem menos intenso, porém, também visíveis e perceptíveis ao público ofertado e envolvido. Com os resultados evidenciados, conclui-se que, mesmo em fase experimental e em adaptação, os resultados, para essa escolarização de tempo integral implementada nas escolas investigadas, apresentam-se positivos, os avanços, sobressaem-se em relação aos pontos negativos ou retrocessos, ou seja, os ganhos são maiores do que as perdas obtidas pela implementação desse tipo de oferta, sendo viável continuar no aperfeiçoamento dessa implementação para investir na oferta da escolarização de tempo integral.

PALAVRAS-CHAVES: Educação de tempo Integral. Programa de Educação Integral. Escolarização de Tempo Integral. Programa Mais Educação.

INTRODUÇÃO

Muito se fala da Educação de Tempo Integral, a qual prevê uma formação completa do indivíduo: cognição, emoção, subjetividade, desejos, inteligibilidade, sociabilidade e muitas outras. Também é sabido, que o Ministério da Educação (MEC), pretende implantar em todas as escolas Brasileiras este tipo de Educação.

O conceito de Educação Integral no Brasil, surgiu no início do século XX, através de educadores e até alguns pertencentes a matrizes político-ideológicas, católicos, anarquistas e integralistas. Mas foi em Salvador na Bahia, década de 1950, com Anísio Teixeira, que se implementou o primeiro projeto de educação integral brasileira, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro.

Daí em diante, houve diversas tentativas, em vários estados de implantar a Educação de Tempo Integral, mas a maioria delas fracassaram. Com esta constatação de que o motivo principal desse fracasso pudesse ser o fato de que a implantação da educação integral foi estipulada de cima para baixo, a partir daí então, foi desenvolvido um programa de escolarização de tempo integral, que preparasse as escolas para instalação permanente da educação de tempo integral. Esse seria o Programa Mais Educação, aderido hoje, por muitas escolas da rede pública brasileira, mediante a participação da comunidade e financiado pelo PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).

O PME, através de meios de sensibilização, busca estimular, incentivar e apoiar projetos ou ações de articulação de políticas sociais e implementação de ações socioeducativas que são

oferecidas de maneira gratuita para crianças, adolescentes e jovens de todas as escolas aderidas ao Programa.

A EDUCAÇÃO INTEGRAL

A educação integral foi instituída nas escolas públicas brasileiras por meio de uma variedade de documentos oficiais e legislações, e colocados em prática dentro dessas escolas através dos programas formulados para a educação básica, com o propósito maior de atender à educação em tempo integral. E, de acordo com essa legislação brasileira, a educação de tempo integral, pode estar vindo para ficar, pois sua implantação em todas as escolas da rede pública brasileira será uma questão de tempo. E o papel dessa escolarização de tempo integral que está sendo implementadas nas escolas por meio de programas educacionais, tem sido justamente, o de abrir caminhos para que esta educação se estabeleça definitivamente conforme rege a legislação que a regulamenta.

Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 :

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Como se pode observar, a Constituição Federal garante ao aluno uma educação que lhe desenvolva plenamente como pessoa.

Artigo 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o, pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

O artigo 227 da Constituição federal vem reforçando o direito do aluno a uma educação integral, denominando e responsabilizando todos os envolvidos nesse processo:

Artigo 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Depois do direito à educação plena do aluno se tornar lei, através da Constituição Federal do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, também reforça em alguns artigos, o direito do educando a educação integral, enfatizando ainda, a importância de aprender além do âmbito da escola. E o direito à educação plena, contida na constituição está também presente no ECA, artigo 53, e endossa ainda o direito a uma educação que o prepare para a vida em uma perspectiva cidadã e o qualifique para o mundo do trabalho

O estatuto se junta também a Constituição Federal, e reforça o conceito de educação integral, quando cita no artigo 59º, que os municípios, estados e União devem estimular, facilitar e destinar recursos que possibilitem o acesso das crianças e adolescentes a espaços culturais, esportivos e de lazer voltados para a infância e juventude.

Sendo assim, vale a pena analisarmos o que diz esses dois artigos, e a consonância entre eles:

Art. 53º. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes (...) o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (...) Art. 59º. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Também está expressa na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/1996), a obrigatoriedade da educação integral:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

Art 87. 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

Também não podemos deixar de mencionar a importância da legislação que assegura a educação integral: Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que instituiu Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) o decreto nº 6.253/07 e decreto nº 6.094/07, que se faz presente no manual do Programa Mais Educação, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC).

QUESTÕES ÉTICAS

Esta pesquisa não ofereceu riscos, por se tratar de um estudo observacional, sendo mantido o sigilo na identificação dos sujeitos de pesquisa e demais questões éticas preconizadas na Resolução N° 466, de 12 de dezembro de 2012, do CNS.

FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DADOS

As informações coletadas são apresentadas em tabelas simples de frequência percentual, que refletem os resultados da pesquisa aplicada a alunos e professores. O nível de análise que foi usado para comparar os resultados obtidos para cada variável é o interpretativo.

Abaixo estão os resultados em tabelas e gráficos. A pesquisa foi realizada em três escolas da rede municipal da capital de Rondônia, Porto Velho, no qual, foram identificadas por: escola mais nova, escola intermediária e escola mais antiga.

Alunos

A) Por que você participa do Programa Mais Educação? Considere uma das opções a baixo

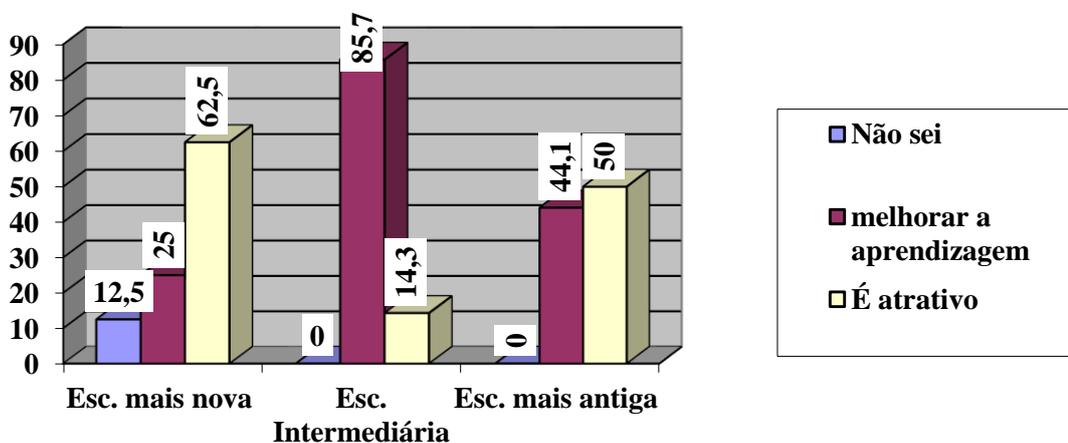


Gráfico I- opinião dos alunos que participam do Programa Mais Educação

Em relação a opinião dos alunos que participam do Programa Mais Educação nas três escolas pesquisadas temos:

Questão A: Nas escolas mais nova e mais antiga prevaleceu a mesma resposta na opinião dos alunos, o motivo maior de participação nos alunos no programa é porque acham as atividades atrativas. No entanto, a escola intermediária teve disparada a opinião de que o maior motivo

pelo qual os alunos participam das atividades é a aprendizagem, visam adquirir mais conhecimentos ou corrigir as lacunas que existem na aprendizagem adquiridas na sala de aula.

De fato, um dos objetivos dessa escolarização é ampliar o grau de conhecimento do alunado, lhes proporcionar novos saberes e contribuir para fortalecer o aprendizado na escola, melhorando a aprendizagem do aluno. Com isso, uma boa estratégia para convencer o aluno a participar das atividades oferecidas, uma vez que a participação do aluno não é obrigatória e sim opcional, é tornando essas atividades atrativas, lhes é oferecido atividades no qual tem interesse em participar, (pois é feita uma pesquisa antes da escolha das atividades, pelos coordenadores, para saber qual é o tipo de atividade é mais aceita pela comunidade, inclusive a que mais se ajusta a cultura daquela comunidade).

Participando das atividades que lhes atraem, conseqüentemente, participarão das de acompanhamento pedagógico, atualmente Língua Portuguesa e Matemática- antes, no início do projeto Programa Mais Educação, o acompanhamento pedagógico se estendia as demais disciplinas, da base comum, ofertadas pela escola, A redução das disciplinas trabalhadas no acompanhamento pedagógico, foi algo que veio contribuir para o aprendizado do aluno do PME, pois concentra-se esforços na aprendizagem nas duas disciplinas de mais importância na vida escolar do aluno, e na qual mais os alunos apresentam dificuldades na aprendizagem e, um aluno bem preparado nessas duas disciplinas, dificilmente enfrentarão grandes problemas nas demais disciplinas da grade.

B) Você gosta de participar do Programa Mais Educação?

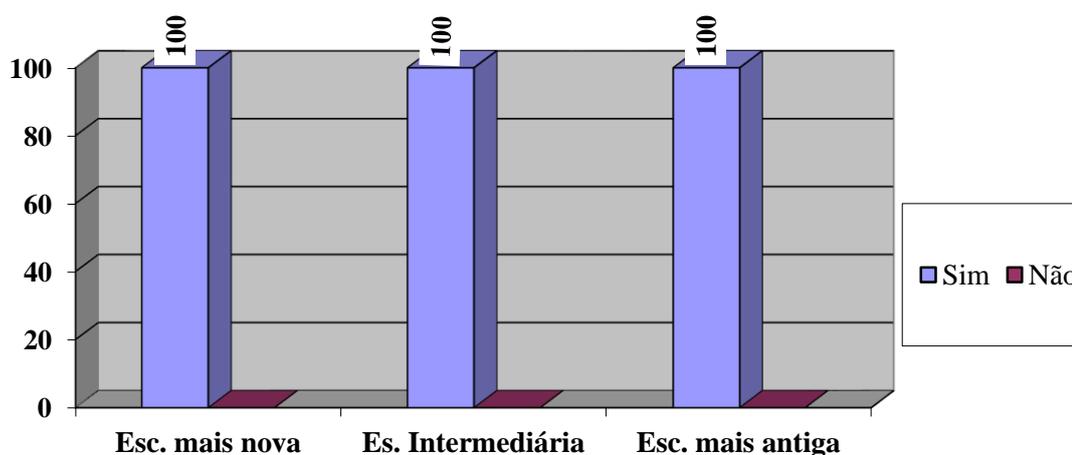


Gráfico II -Você gosta de participar do Programa Mais Educação?

Questão B: Houve a mesma resposta para os alunos das três escolas pesquisadas, todos os alunos matriculados no Programa gostam de participar, mesmo tendo um ou outro caso isolado

de que o responsável matriculou o aluno mesmo sem ele demonstrar interesse em frequentar, acabou permanendo devido à diversidade das atividades e a atratividade.

C) Diga por que você gosta de participar do Programa Mais Educação, marcando uma das opções sugeridas.

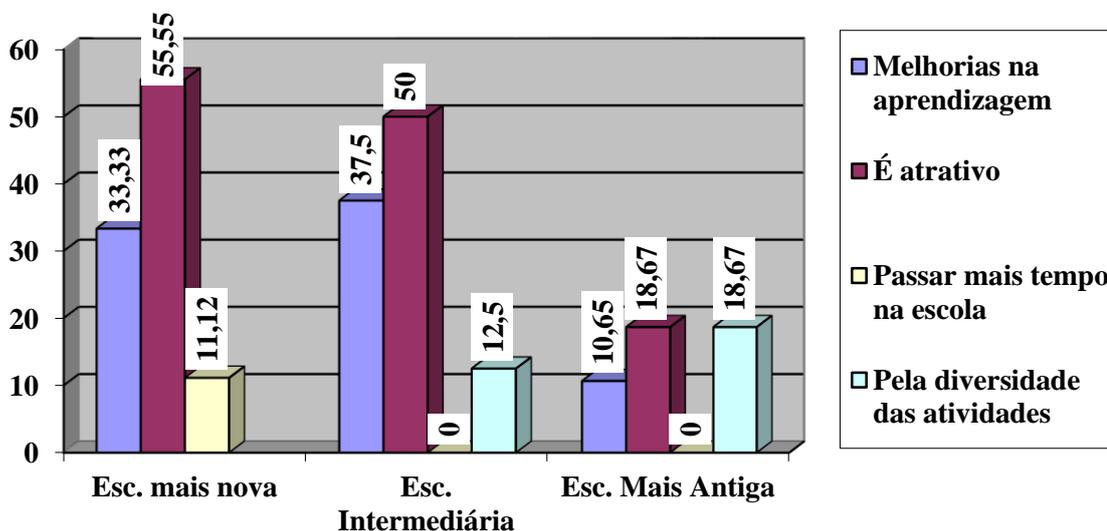


Gráfico III - por que você gosta de participar do Programa Mais Educação

Questão C: Aqui fica evidente a realidade do que já observamos nas questões anteriores, a atratividade das atividades ofertadas pela escola, para as três escolas, a atratividade das atividades desenvolvidas é o motivo maior pelo qual os alunos participam do PME.

D) Quais são as atividades de que você mais gosta? Aponte uma das alternativas.

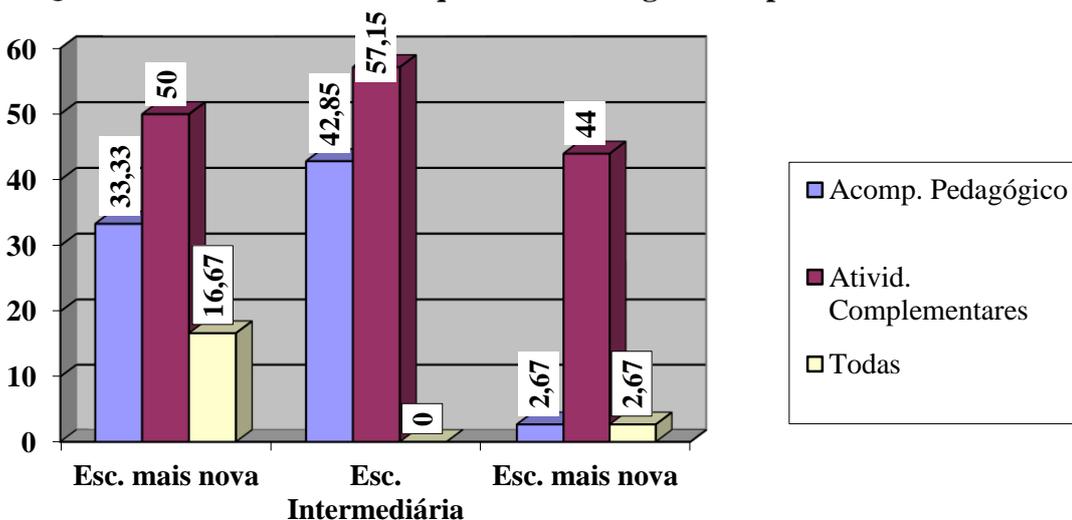


Gráfico IV - quais são as atividades de que você mais gosta?

Questão D: Nessa questão, buscava-se identificar qual área as atividades do programa são mais aceitas pelos alunos, a área que abrange as disciplinas da base curricular, Língua

Portuguesa e Matemática, que são definidas, no PME, de acompanhamento pedagógico ou as das atividades complementares que incluem Campo das Artes, Cultura, Esporte e Lazer.

Evidenciou-se, nas três escolas, a preferência maciça dos alunos pelas atividades Complementares. Os alunos acabam participando das de cunho pedagógico, uma vez que estas são obrigatórias a oferta na escola e acaba se tornando uma condição, a participação dos alunos nestas, para participarem das complementares.

E) Você considera que houve melhoria na sua aprendizagem após participar do Programa Mais Educação?

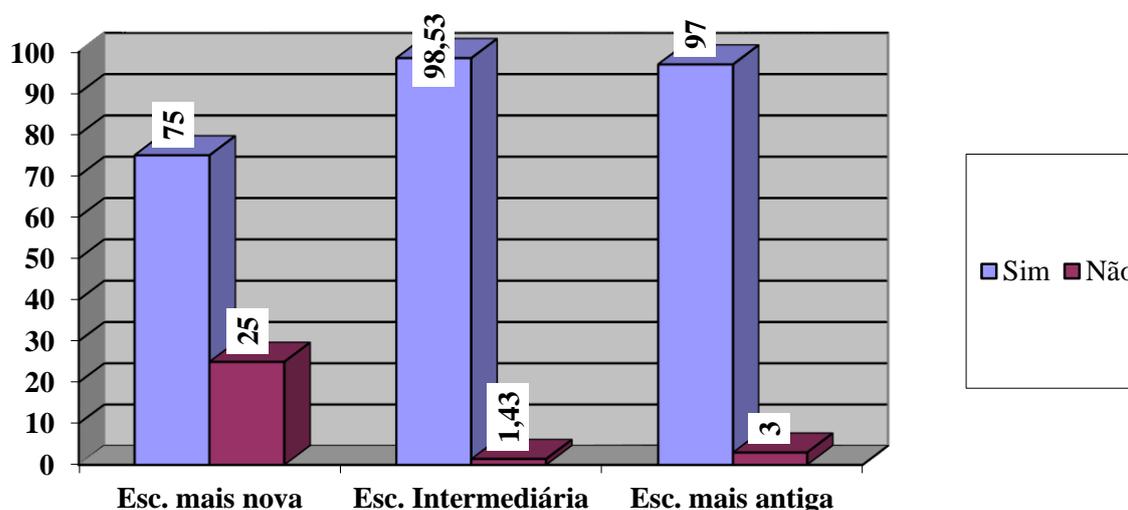


Gráfico V - Houve melhoria na sua aprendizagem após participar do Programa Mais Educação?

Questão E: As duas escolas com maior tempo de adesão no PM, mostraram que seus alunos entendem que sua participação nas atividades do Programa contribuiu para um melhoramento da aprendizagem na escola como um todo. Já a escola com menos tempo de adesão, entre as três escolas, a mais nova, demonstra através da resposta dos alunos matriculados no Programa que uma parcela considerável de alunos não considera que sua aprendizagem na escola tenha melhorado a partir de sua participação no Programa. O que é coerente, pois, um processo de mudança, na maioria das vezes, não acontece a curto prazo, e sim ao longo de todo um processo de correção e adaptação das falhas e aperfeiçoamento das ações.

F) O que você acha que deve melhorar no Programa Mais Educação de sua escola? Aponte a alternativa que mais se adequa a sua opinião.

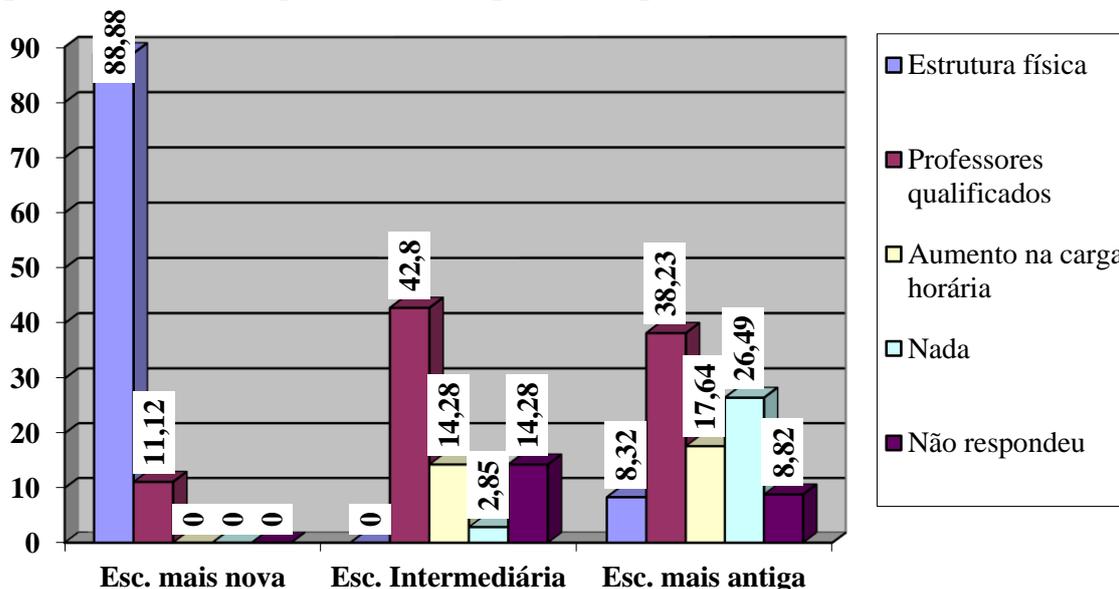


Gráfico VI -O que você acha que deve melhorar no Programa Mais Educação de sua escola?

Questão F: Aqui podemos ver, diferenciada das outras duas escolas, a escola mais nova, demonstra que seus alunos se incomodam muito que a questão da estrutura física/espço que lhes é ofertada para realizarem suas atividades. Já as outras duas escolas com mais tempo de participação, demonstram a insatisfação maior com a qualificação dos professores que ministram suas aulas ou atividades, sendo que também chama a atenção a resposta dos alunos da escola intermediária ao demonstrarem que diferente da escola nova, a estrutura física oferecida para realização de suas atividades é boa, pois o grau de insatisfação destes é zero.

A escola mais antiga, também sobressai a resposta de muitos que estão satisfeitos com tudo, não precisa melhorar em nada. Também podemos observar, nessas duas últimas escolas a opinião dos alunos favorável no aumento da carga horária das atividades, que são de, no mínimo, três horas por turno, sendo que as escolas observadas, acabam tornando regra o tempo de três horas.

Em relação às demais escolas da rede, não foi encontrada nenhuma com carga horária superior a três horas por turno. Em relação a resposta dos alunos da escola mais nova, que demonstram sua maior preocupação com a estrutura física e as outras duas mais antigas que demonstraram a preocupação com a qualificação dos professores, é natural que aconteça assim, pois, as grande maioria das escolas públicas brasileiras, anterior a oferta da educação de tempo integral fazer parte legal do sistema de educação brasileira, não foram projetadas para esse fim. Não tem em sua estrutura os espaços necessários para a realização desse tipo escolarização, não foram projetadas para receber o seu aluno o dia inteiro, ou a maior parte do dia.

Faltam nessas escolas local de repouso após o almoço, banheiros e vestiários adequados para o banho e higienização, salas para a realização das atividades, a maioria das escolas não dispõe de salas para as atividades do PME, tendo os alunos que se reunirem em pátios, quadra, refeitório e até mesmo em baixo de árvores sem o mínimo de conforto possível, maltratando o aluno que já vem de uma jornada intensa de estudos do turno anterior, ou vice-versa, assim os resultados serão prejudiciais ao invés de benéfico para aluno.

Ao passar o dia inteiro, ou maior parte dele, nas dependências de uma escola que não oferece o conforto necessário para sua permanência, o processo todo, se torna mesmo cansativo correndo o risco de até mesmo causar grandes prejuízos no processo de aprendizagem pretendido, ou até mesmo evasão do aluno.

Na escola intemdiária, o grau de insatisfação pela estrutura física ofertada para as atividades é zero e a escola mais antiga chega menos de dez por cento. Essas escolas, mesmo não tendo sido projetadas para escolarização de tempo integral, são mais experientes no processo, já tiveram um tempo a mais do que a mais nova para se adaptarem ou pequenos ajustes, e mesmo não oferecendo o conforto necessário que uma escola de tempo integral deveria oferecer, conseguiram adaptar-se ao processo encontrando uma forma de ofertar essa escolarização de tempo integral de forma aceitável ao seu alunado.

Já a outra questão que sobressaiu nas escolas intermediária e mais antiga, professores qualificados, mostra o grau de amadurecimento desses alunos que já estão mais tempo no processo, eles conseguiram observar a necessidade da melhoria da aprendizagem em suas vidas, se tornaram mais exigentes em relação a quem vai lhes orientar na aquisição desses conhecimentos.

Pois, os voluntários, que ministram suas atividades são universitários ou membros das comunidades com conhecimentos afins. Esses voluntários, ou estão em processo de formação ou nem tem a formação adequada para ministrar aulas. Esses mesmos alunos, vão mais além, deixando evidente a necessidade que eles têm de que sua carga horária nas atividades do Programa sejam estendidas.

Pais de alunos

A) Você considera o Programa Mais Educação na escola de seu(a) filho(a) bom ou ruim?

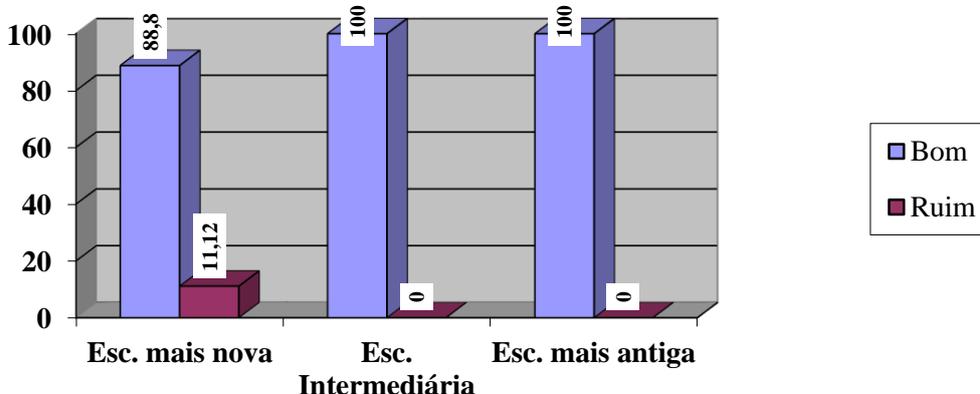


Gráfico VII - Você considera o Programa Mais Educação na escola de seu (a) filho (a) bom ou ruim?

Questão A: Nesta questão podemos ver um pequeno descontentamento dos pais, apenas na escola mais nova, um pouco mais de dez por cento deles não aprovam o PME de sua escola. No entanto, na escola intermediária e na escola mais antiga, cem por cento dos pais aprovaram o PME desenvolvido na escola. Resultado compreensível, pois, as duas escolas mais antigas tiveram mais tempo do que a escola mais nova para fazer aprimoramentos, corrigir erros acontecidos ao longo do processo. Coisa que a escola mais nova ainda não teve tempo de fazer.

B) Por que, você considera o Programa Mais Educação na escola de seu(a) filho(a), bom ou ruim? Aponte a alternativa que mais se adequa a sua opinião

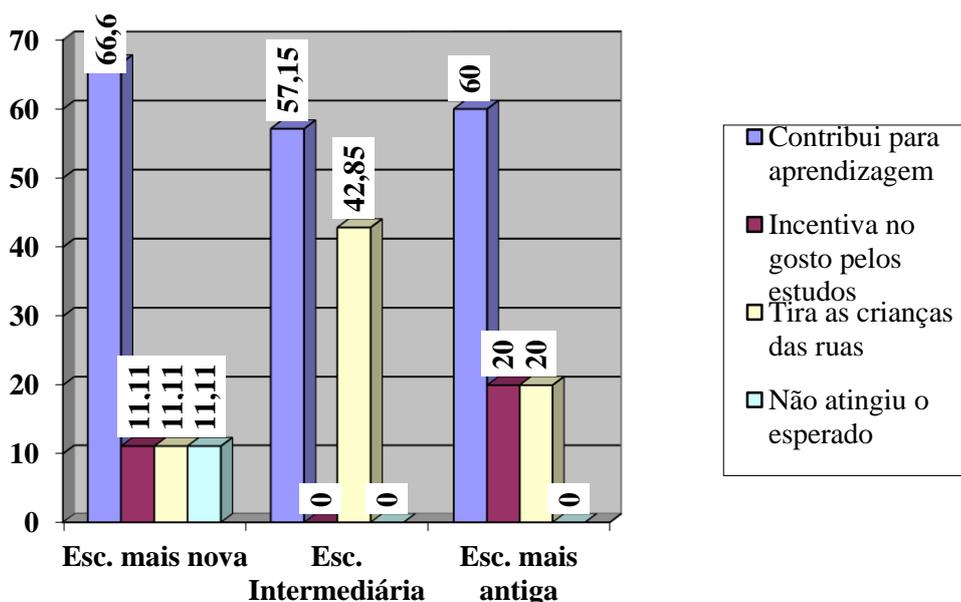


Gráfico VIII - Por que, você considera o Programa Mais Educação na escola de seu(a) filho(a), bom ou ruim?

Questão B: As tres escolas têm a mesma opinião em dizer que acham o Programa Mais Educação bom pelo motivo do mesmo contribuir para aprendizagem do aluno. A escola mais nova, embora, na questão anterior tenha sido a única a ter pais que não estavam contentes com o Programa desenvolvido na sua escola, nesta questão tem o maior número de pais, dentre as tres escolas, que concorda que o Programa tem contribuído de alguma forma na aprendizagem de seus filhos, no entanto, foi a única que teve percentual de pais que consideram que o PME da sua escola não atingiu o esperado por eles. Confirmando o índice de pais, da primeira questão, que acham o PME de sua escola ruim. Já para as duas escolas com mais tempo no PME, em segundo lugar na opinião desses pais, está a questão de que o PME da escola deles tem contribuído também para tirar crianças das ruas.

C) Você conseguiu perceber alguma melhoria no comportamento, ou aprendizagem, de seu(a) filho(a) desde que iniciou no Programa Mais Educação?

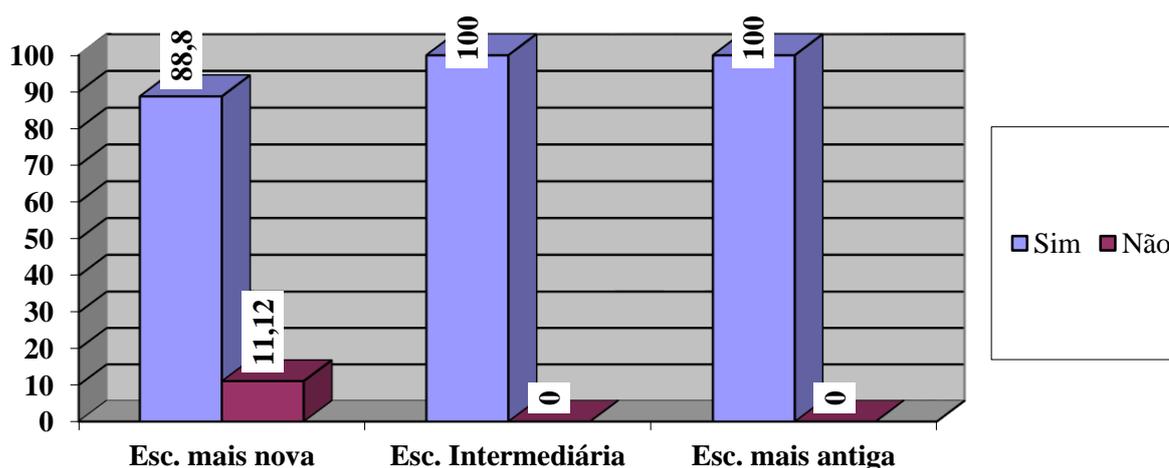


Gráfico IX - Melhoria no comportamento ou aprendizagem de seu (a) filho(a) no Programa Mais Educação?

Questão C: Os pais dos alunos das escolas intermediária e mais antiga, em comum acordo afirmam que de alguma maneira, pois são diversas as situações, variando de aluno para aluno o PME beneficiou ou contribui na aprendizagem do aluno. Já escola mais nova, existe um número de pais insatisfeitos com o resultado, pois mais de 10%, não consegue notar qualquer contribuição do PME na aprendizagem dos filhos.

D) Se sua resposta for Sim ou Não, aponte a opção que mais se adequa a sua opinião.

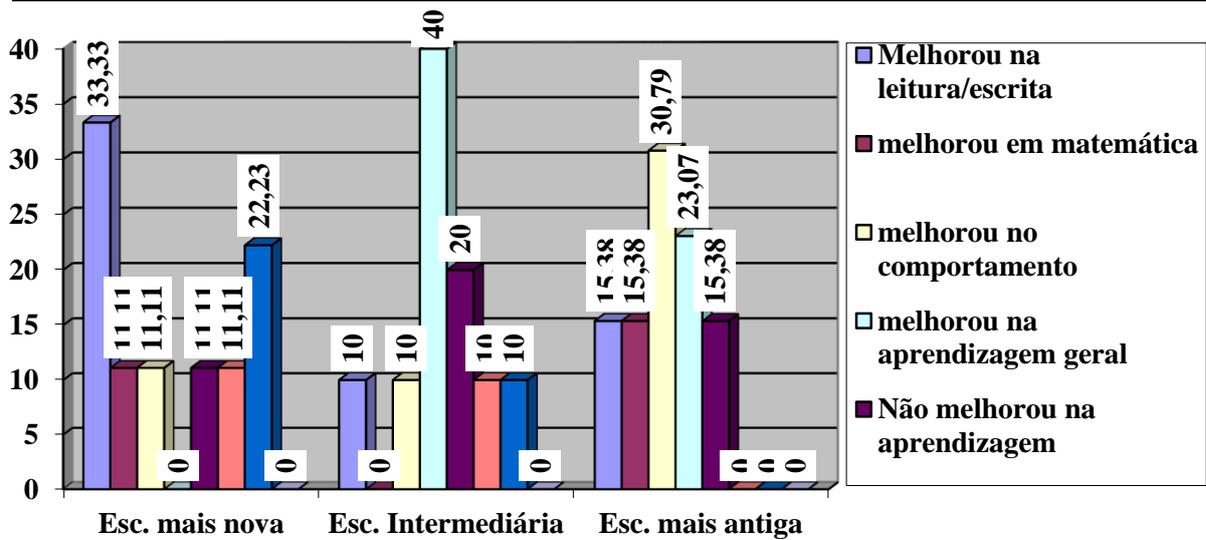


Gráfico X1 - Evolução na aprendizagem

Questão D: A escola mais nova continua com aquele número de pais insatisfeitos com PME, onde afirmam que não vêem evolução na aprendizagem e que, que não melhoraram no comportamento também. No entanto a grande maioria, mais de 30% admitem a importancia do PME para melhorar a leitura e escrita dos alunos escola que apresenta o número de pais mais satisfeitos com a colaboração do PME na aprendizagem, é a escola intermediária, cerca de 40% dos pais. A escola mais antiga mostra que mais de 30% de seus alunos, matriculados no PME, melhoraram no comportamento.

E) Você gostou das atividades escolhidas pela escola, para seus filhos, no Programa Mais Educação?

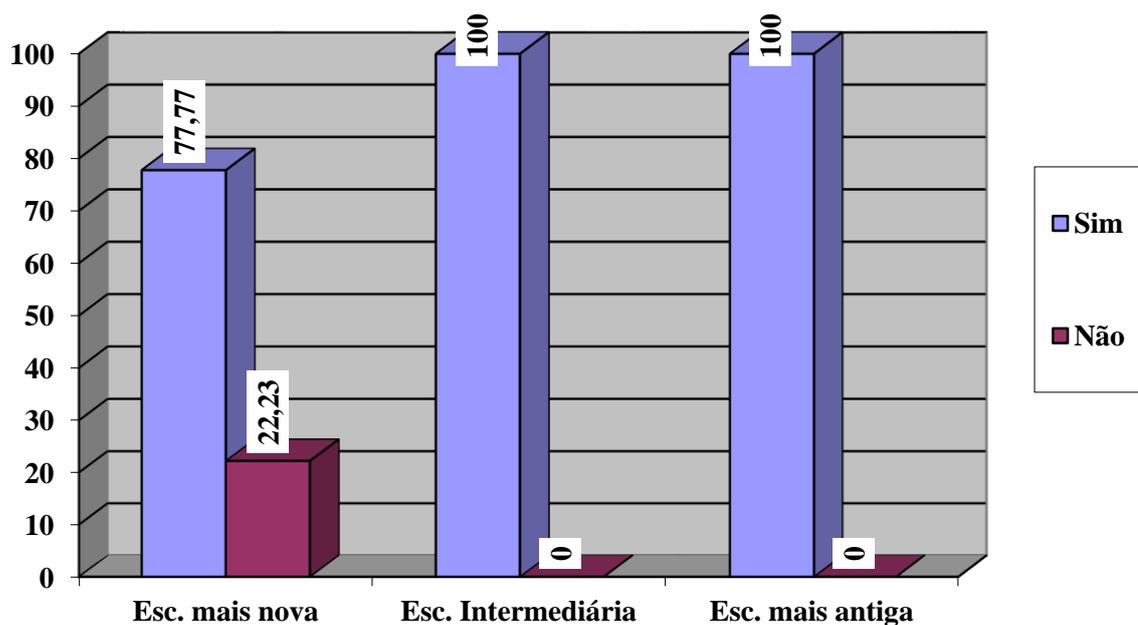


Gráfico XI - atividades escolhidas pela escola, para seus filhos

Questão E: As três escolas tiveram uma boa aprovação dos pais, quanto à escolha das atividades do PME. As duas mais antigas, com um tempo mais de experiência, já tiveram tempo para se adaptarem e acertar na escolha das atividades. Lembrando que a escolha das atividades que serão executadas durante todo o ano, levam em conta a opinião da comunidade e necessidade culturais e pedagógicas dos alunos. A escola mais nova, ainda esta no processo de adaptação e inteiração com o PME, podemos ver uma quantidade, baixa, de pais que não aprovaram as atividades. Mas a grande maioria está de acordo.

F) Escolha a alternativa, em que você considera que o Programa Mais Educação precisa melhorar.

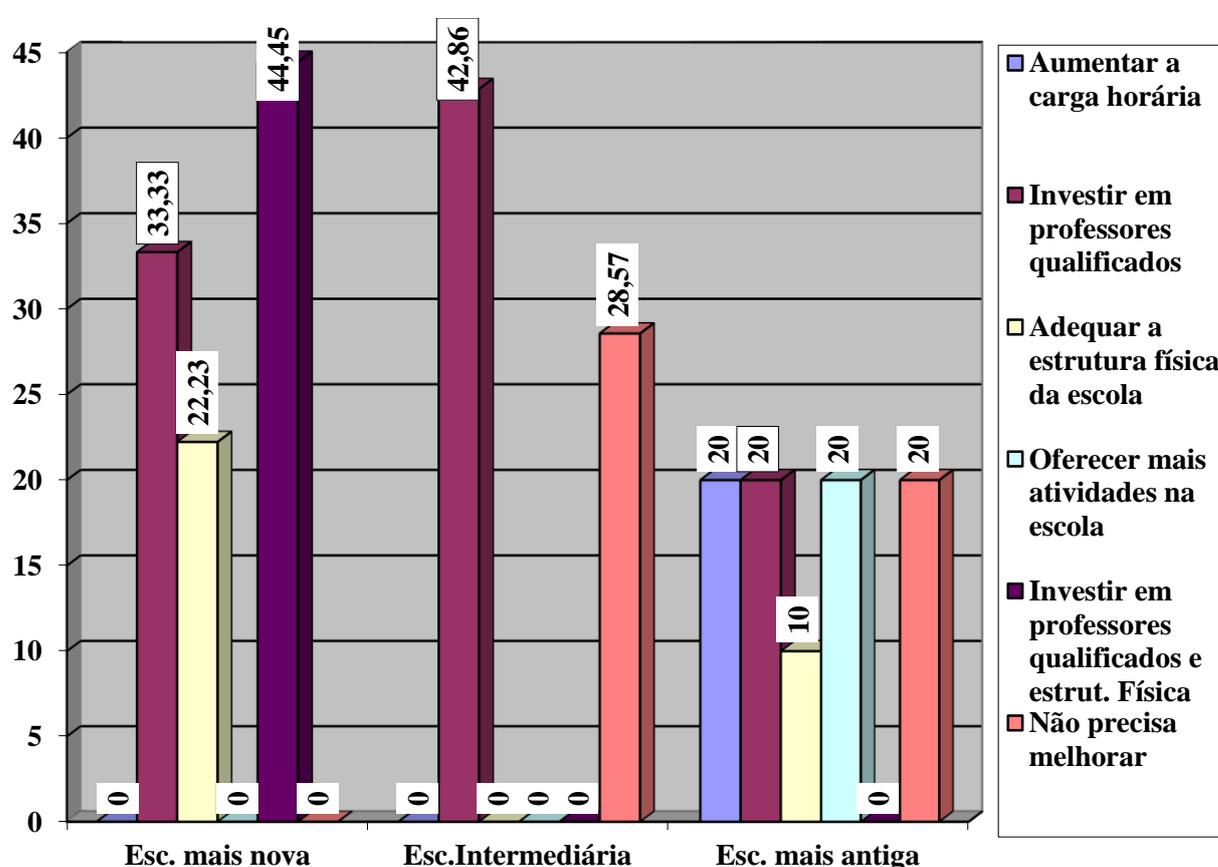


Gráfico VII - em que o Programa Mais Educação precisa melhorar

Questão F: Temos algumas sugestões dos pais em relação no que melhorar no PME de cada escola. A escola mais nova sugere, em grande maioria de pais, que se invista na qualificação dos professores e na estrutura física para execução do PME. Em relação à qualificação dos professores que atuam no programa, realmente, a falta de qualificação de parte desses profissionais é um problema existente, pois, esses são voluntários universitários, ou membros da comunidade com habilidades afins, por isso pode acontecer as falhas, pois esses

profissionais, ainda não estão prontos para uma sala de aula, e outros (membros da comunidade) nem mesmo estão em processo de formação.

O que se deve levar em conta diante disso é que, as turmas de acompanhamento pedagógico, não funcionam como reforço escola, como muita gente entende, não se deve esperar desses profissionais um resultado com aluno que mesmo o professor oficial do ensino regular não conseguiu, até mesmo durante o ano inteiro. Esses profissionais, os monitores de acompanhamento pedagógico, língua portuguesa e matemática atuam junto ao aluno para ajudá-los com dúvidas algumas dificuldades ou até mesmo preencher lacunas na aprendizagem do aluno, que em anos anteriores não foram sanadas. Por exemplo: um aluno que está no sexto ano fundamental, não sabe ler, sua escrita é somente cópia. Esse profissional atuará tentando ajudar esse aluno no processo de alfabetização, voltando lá no começo onde a aprendizagem não aconteceu.

Entretanto no assunto da estrutura física adequada para a realização das atividades do PME, para atender alunos em tempo integral ou semi-integral é um problema existente na grande maioria das escolas do Brasil, pois, mesmo a Educação Integral já ser assegurada legalmente há um par de anos, as escolas brasileiras não foram projetadas para esse fim. A não ser as escolas bem atuais, que foram projetadas para atender a modalidade da educação integral, as outras não comportam o dobro de alunos juntos.

Faltam espaços específicos para as atividades, como quadra de esporte (quando existe na escola há choque de turnos, os alunos do turno regular com os do contraturno), vestiário, salas de aula, um espaço para o descanso desse aluno que passa o dia inteiro na escola, e tantos outros que não foram aqui citados. Existem sugestões de que os alunos do PME, não precisam realizar suas atividades dentro da escola, podem utilizar a igreja, o centro comunitário, um espaço de um membro da comunidade ou até mesmo se reunirem em baixo de uma árvore.

No entanto, a realidade mostra que tais saídas se mostram inviáveis ou demasiadamente sacrificante para os alunos e profissionais. Como a equipe da escola irá conseguir prestar apoio pedagógico e técnico tendo que se dividir entre o local da escola e onde os alunos se reúnem? Onde acomodarão todo o material necessário para a realização dessas aulas? E a responsabilidade que recai sobre esses profissionais? lembrando que, muitas vezes, nem habilitado são, de cuidar dos alunos, que enquanto estão nos espaços da escola, ficam sobre inteira responsabilidade da escola e de que os acompanha, ficando em um outro espaço, fora dos muros da escola se torna mais difícil e arriscado desenvolver seu trabalho.

E quanto se reunir de baixo de uma árvore? Nos dias quentes (clima típico do norte) ou nos dias chuvosos, se tornará um sacrifício, influenciando e muito no rendimento do aluno e no sucesso de sua aprendizagem. No entanto a maioria dessas escolas improvisa espaços dentro da própria escola mesmo, usando biblioteca, refeitório, pátio a maioria desses locais não são climatizados, influenciando muito no rendimento do aluno, muitas vezes levando-o até a evadir do programa. Toda essa situação conta muito, quando se avalia se a aprendizagem dos alunos que participam do PME melhorou. Diante de tantas dificuldades, muitas escolas conseguem resultados excelentes com seus alunos!

Houve outras sugestões, tais como aumentar as horas de permanência desses alunos na escola, atualmente com PME, os alunos passam cerca de sete horas na escola, sendo as quatro horas do ensino regular e mais três das atividades do programa. O Programa Mais Educação veio abrir caminho para estabelecer a educação integral, assegurada por lei, não é regra as três horas, essa é a quantidade mínima de horas no programa, a escola querendo e tendo condições, diante das dificuldades enfrentadas, algumas acima relacionadas, poderá sim oferecer uma quantidade maior de horas. A sugestão dos pais, das duas escolas mais antigas, de aumentar a quantidades de horas do programa, não deixa de ser um bom sinal, sugere que esse tipo de escolarização esta sim sendo aceita pela clientela, atingindo um dos objetivos do PME, que é estabelecer a Educação de tempo integral nas escolas.

Outra sugestão é aumentar a oferta de atividades na escola, essa por enquanto, não entra nos criterios de adesão do PME, que ao longo do processo de aperfeiçoamento do programa veio reduzindo, ficando atualmente em quatro atividades por escola, três delas de livre escolha da escola junto com a comunidade e uma sendo obrigatória a todas as escola, o acompanhamento pedagógico de Língua Portuguesa e Matemática. A redução dessas atividades é algo lógico, para se adequar a real realidade dessas escolas despreparadas fisicamente para atender tal demanda. Isso é consequência de uma adaptação necessária para concentrar esforços na melhoria da qualidade da oferta e obtenção de resultados.

Gestores, docentes e coordenadores

A) Você considera que a escola melhorou em algum aspecto com a adesão ao Programa Novo Mais Educação?

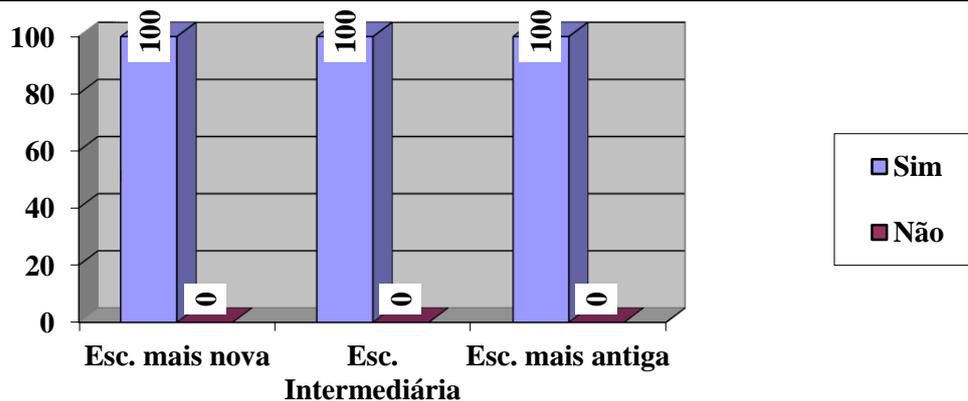


Gráfico XIII - escola melhorou em algum aspecto com a adesão ao Programa Novo Mais Educação?

Questão A: Nessa questão, todos os gestores, coordenadores e docentes participantes da pesquisa, das três escolas, em comum acordo, reconhecem que o PME trouxe algum tipo de melhoria para dentro da escola, seja ela de forma material ou educacional.

B) O que melhorou ou piorou na escola segundo as opções abaixo?

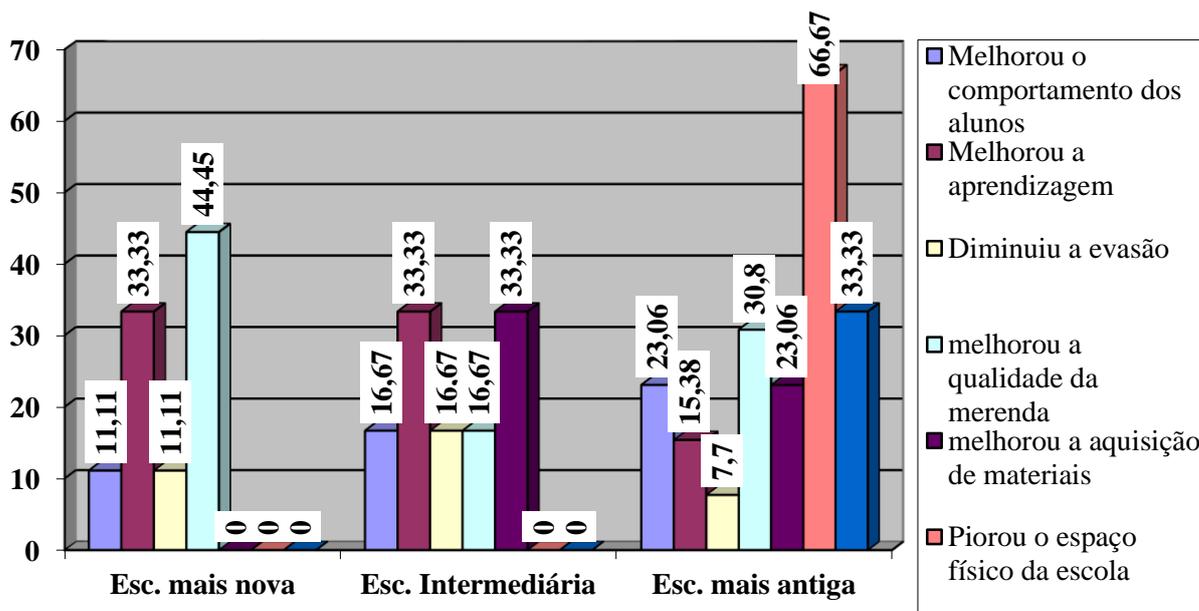


Gráfico XIV - O que melhorou ou piorou na escola?

Questão B: Nessa questão podemos ver a opinião da escola mais nova voltada para as melhorias materiais, com a instalação do PME na escola, mas uma pequena minoria admite que a evasão diminuiu. A crítica em relação ao aumento da sujeira na escola também Ficou registrada. O que não deixa de ser uma consequência do aumento do alunado atendido por período e a escasses dos agentes de limpeza nas escolas públicas. Entretanto, esse não é um problema tão devastador, em relação a outros existentes. Um projeto de limpeza bem coordenado e uma educação bem direcionada a esse respeito é uma boa estratégia para remediar o problema. Podemos observar que a escola intermediária ficou dividida entre duas opiniões

positivas, em que o PME trouxe de bom para a escola aquisições materiais e de aprendizagem. Essa escola conseguiu aproveitar o projeto e coordená-lo de maneira a atingir esses dois resultados favoráveis e imprescindíveis para qualquer escola. Outro fator positivo que foi apontado por essa escola foi a diminuição do índice de evasão.

A melhoria na qualidade da merenda foi um item apontado pelas tres escolas, não deixa de ser uma consequencia de uma educação com tempo integral ou semi, quanto mais aluno, ou mais tempo na escola, mais recurso receberá, podendo, assim melhorar a quantidade e qualidade da merenda ofertada.

A sujeira, que também foi um ponto citado pelas tres escolas, como já foi dito acima, diante da situação e realidade das escolas públicas é uma consequencia, possível de contornar, variando de uma escola para outra.

A escola mais antiga, apontou desparadamente a questão do espaço físico como sendo o seu principal desafio para desenvolver o PME ou educação de tempo integral. De fato, esse é um problema que foge a governabilidade da gestão da escola, e de muito trabalho para a secretaria, pois a solução seria reforma e ampliação, envolvendo aí uma série de fatores, o maior deles seria o desalojamento do prédio, no processo de reforma, dos alunos. Esse, de fato é um fator que influencia na obtenção de resultados positivos a serem alcançados pelo PME, pois uma escola, fisicamente, totalmente fora dos padrões de para educação de tempo integral, dificilmente conseguirá ofertar uma educação dentro dos critérios egidos por essa escolarização, quanto mais obter tais resultados, sem falar nos inúmeros problemas acarretados na tentativa de forçar a realidade.

C) O que, na sua opinião, o Programa Mais Educação trouxe de bom para a escola, segundo as opções abaixo?

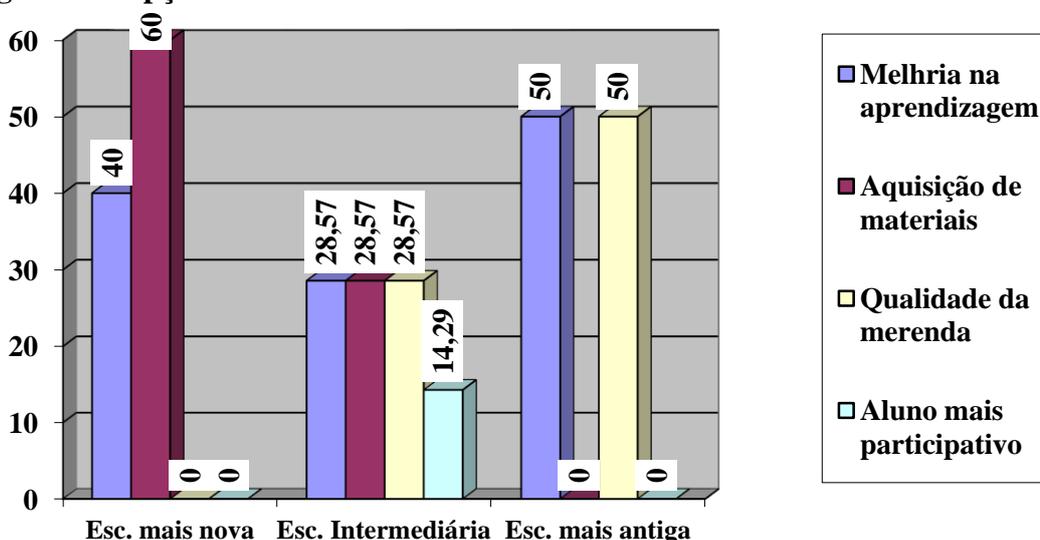


Gráfico XV - o Programa Mais Educação trouxe de bom para a escola?

Questão C: Nesta questão, podemos ver a escola mais nova, como mais inexperiente, tem como maioria na sua opinião, seu olhar voltado para a aquisição material, ou seja, o que de melhor aconteceu com a vinda do PME na escola foram aquisições materiais, no entanto, 40% desses conseguem ver uma melhoria no ensino aprendizagem dos alunos.

Enfatizando que, para as três escolas, houveram opiniões com percentual considerável de que o PME trouxe melhorias para o ensino aprendizagem dos alunos envolvidos, sendo a escola mais antiga, quem mais expressa essa opinião, e a intermediária das três escola é a que menos consegue ver melhoria no ensino aprendizagem, Ficou dividida em melhorias na qualidade da merenda e aquisições materiais, sendo que, a escola mais antiga, a pesar de ser a escola que mais observou melhoria na aprendizagem do aluno, Ficou dividida com a opinião de que, o benefício maior foi, também, para a melhoria na qualidade da menrenda.

D) Na sua opinião, quais são pontos negativos na escola, com a implantação do Programa Mais Educação de acordó com as opções abaixo relacionadas?

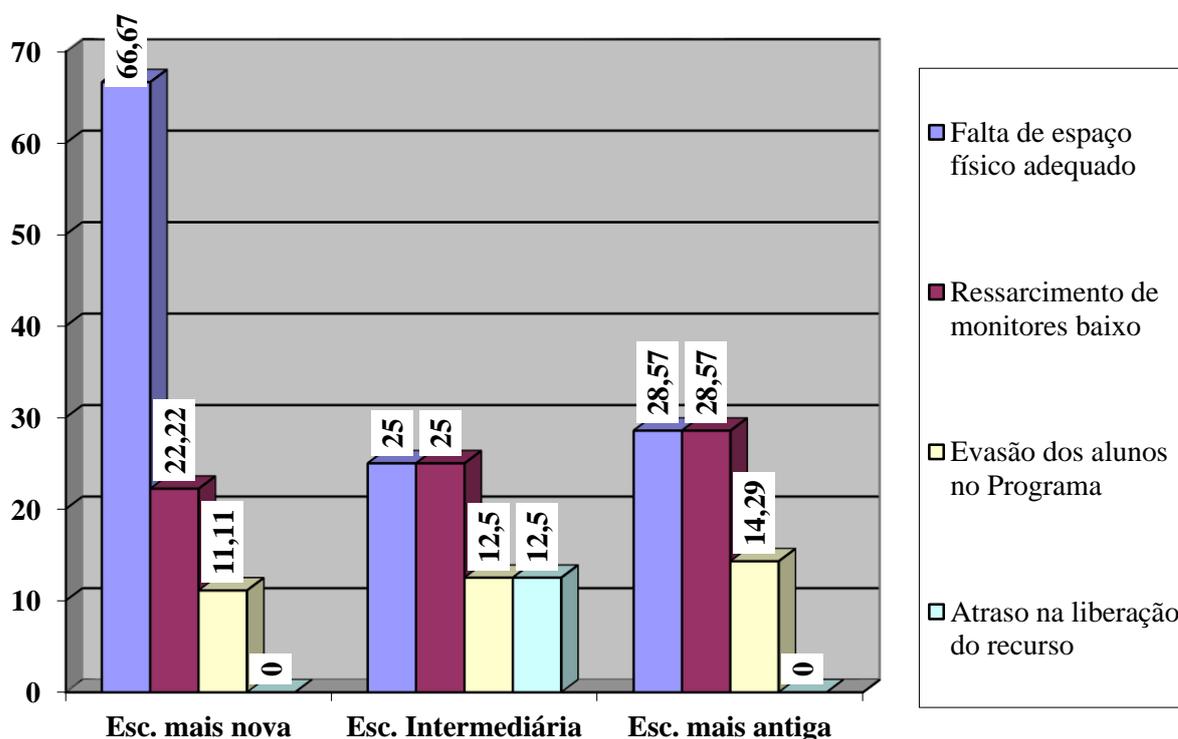


Gráfico XVI - pontos negativos na escola, com a implantação do Programa Mais Educação?

Questão D: A falta de um espaço físico adequado para a realização das atividades do programa, segundo as três escolas, com mais ênfase da escola mais nova, é sem dúvida para elas um ponto negativo do PME. Ressaltando o que já foi falado anteriormente, essas escolas, como a maioria, e porque não dizer todas as escolas com estruturas antigas, não foram construídas para esse fim,

ou seja, educação integral, foram projetadas para atenderem alunos por turnos, e muitas delas, já estão com sua estrutura precária ou frágil pelo tempo ou mesmo por falta de manutenção. E isso, sem dúvida, é um ponto negativo do projeto (PME) que tem como uma de suas finalidades preparar para a educação de tempo integral. Mas como preparar, se parte dessas escolas, não oferecem a estrutura ou conforto que requer de uma instituição onde o aluno vai passar grande parte do seu dia, se não todo. Como conseguir rendimento e produtividade de alunos e educadores que não tem o conforto necessário (e garantido por lei) que seu corpo exige para responder o que lhe é esperado? O imprevisto não está presente na lei que garante o direito a escolarização de tempo integral e nem a que cria o Programa Mais Educação.

E) Você considera que houve diminuição da evasão escolar após a adesão ao Programa Mais Educação?

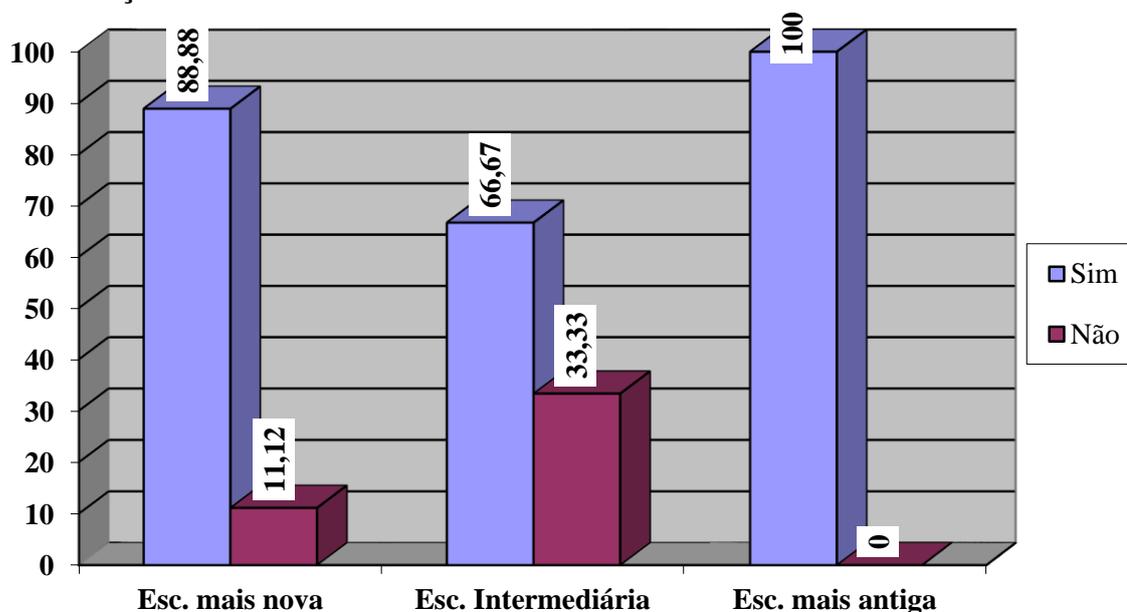


Gráfico XVII - Você considera que houve diminuição da evasão escolar após a adesão ao Programa Mais Educação?

Questão E: As três escolas são unânimes em concordar, que mesmo, a pesar de todos os prontos negativos, em meio a muitos positivos também, a evasão de seus alunos diminuiu. O PME, através de suas atividades diferenciadas e acompanhamento pedagógico, tem ajudado alunos a permanecerem na sua jornada escolar.

INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Buscamos, nessa pesquisa, através da opinião expressa nos questionários e entrevista informal, com os alunos, pais, professores, gestores e coordenadores das escolas envolvidas, quais são os avanços que o Programa Mais Educação trouxe para as escolas e se essas escolas tiveram algum tipo de retrocesso e quais foram eles.

A pesquisa também deixa registrada a satisfação das escolas e seus envolvidos como também as frustrações e insucessos, e, algumas informações aqui contidas, foram registradas através de conversas informal, como já dito, através até mesmo de “desabafo” dos entrevistados. Por isso, foi registrado de maneira a reproduzir exatamente como o expressado no depoimento daqueles que colaboraram com a pesquisa. Todas as questões levantadas foram com essa finalidade, de registrar a contribuição trazida pelo PNME as escolas e o que está falho, ou, mesmo impede aa escola de avançar.

Análise da resposta dos alunos que participam do programa de escolarização de tempo integral

Podemos observar que o que leva os alunos a decidirem participar das atividades do PME, é por que querem melhorar a aprendizagem ou porque consideram as atividades oferecidas na escola atrativa, tanto é, que todos os alunos entrevistados dizem gostar de participar do PME, ou seja, participam por livre e espontânea vontade, não por vontade da família ou força maior.

Os motivos que os levam a essa participação são variados, uns porque almejam, ou acreditam, melhorar a aprendizagem, outros porque são atraídos pelas variadas atividades oferecidas ou mesmo porque querem passar mais tempo na escola.

Fica evidente, na pesquisa, que a preferência da grande maioria dos alunos, é pelas atividades complementares ou de campo, em comparação com as atividades de acompanhamento pedagógico, mas tem uma minoria que considera as duas modalidades de atividades no mesmo grau na sua preferência.

Grande maioria dos alunos, exceto uma minoria de 25% da escola mais nova, 3% da mais antiga e 1,43 da intermediária da, dizem ter melhorado na aprendizagem, com a participação do Programa Novo Mais Educação/ PNME. No entanto, também enumeraram pontos negativos, tais como: estrutura física inadequada da escola para oferta do PME, a

qualificação dos professores (monitores), que os acompanham, e consideram pouco, o tempo que passam na escola no contraturno.

Análise da resposta dos pais dos alunos que participam do programa de escolarização de tempo integral

Grande maioria dos pais dos alunos que participam do PME, aprovaram as atividades do Programa oferecidas na escola e, consideram que tem sido bom para seus filhos, trazendo algum tipo de benefício. Dentre os motivos da aprovação estão os seguintes fatores: tem contribuído para melhorar a aprendizagem e o comportamento de seus filhos, evita que as crianças fiquem nas ruas e incentiva o gosto pelos estudos. Os pais da escola mais nova, com um percentual na casa dos 11% não aprovam o programa o considerando ruim, frustrando-se com o PME, dizendo que o mesmo não atingiu os resultados que esperavam em relação a seus filhos.

No entanto, grande parte dos pais que se dizem satisfeitos com os resultados do PME e os que não estão, todos apontam fatores na estrutura física e pedagógica do mesmo que precisa melhorar, tais como: adequação da estrutura física da escola, aumento da carga horária, oferecer uma variedade maior de atividades e investir em professores qualificados – já foi comentado acima, que, os professores (monitores) do Programa são universitários ou pessoas com habilidades afins-.

A pesquisa também aponta para uma quantidade menor de pais (Escola Intermediária 28,57% e Escola Mais Antiga 20%) que estão totalmente satisfeitos, considerando que o Programa não precisa melhorar em nada.

Análise da resposta dos gestores, docentes e coordenadores das escolas participantes do programa de escolarização de tempo integral

Em relação à questão de de que houve melhorias em algum aspecto na escola a partir da adesão a escolarização de tempo integral 100% das integrantes entrevistados responderam que sim. Identificaram essas melhorias sendo na aprendizagem e no comportamento dos alunos, na redução do índice de evasão, qualidade da merenda ofertada na escola, aquisição de bens materiais, mas, cada uma em proporção diferente, ou seja, na escola com menor tempo de adesão a ênfase maior foi na qualidade da merenda com de 40% das opiniões seguido da aquisição de bens materiais, com um pouco mais de 30% na opinião dos entrevistados. Já a escola mais antiga na adesão, também concorda que houve sim melhoria em todas essas áreas,

mas o que prevaleceu foi o aspecto negativo em relação ao espaço físico da mesma, concordam em quase 70% dos entrevistados que esse foi um ponto negativo marcante.

Os pontos negativos que aparecem de comum acordo entre as três escolas são referentes a falta de espaço físico adequado para a realização das atividades no contra turno e acomodação dos alunos para suas necessidades básicas, como descanso, banho e vestiário. E enfatizaram que devido a isso alguns alunos matriculados no programa desistem do contraturno, mas o fato interessante é que apontam para índices de evasão geral da educação básica como tendo diminuído, devido a um maior envolvimento dos alunos nas atividades diferenciadas que a escola passou a oferecer nas atividades do contra turno. Consideram, ainda, o ressarcimento dos colaboradores insuficiente para alimentação e transporte adequado. Reclamam do atraso na liberação do recurso destinado pelo governo federal para efetivação das atividades.

Conclusão das análises

Abordar conceitos de educação integral e de educação em tempo integral, não é algo tão simples assim, uma vez que se faz necessário um olhar analítico sobre suas diferenças e contradições desse tipo de educação, e, conseqüentemente levar em consideração as finalidades e as práticas que formam o perfil das escolas públicas pertencentes ao sistema público de educação brasileiro.

O processo de implementação da educação integral e em tempo integral em sistema de educação não acontece do dia para noite, mesmo porque a concepção dessa educação já ensaiava se estabelecer no sistema educacional brasileiro desde o século XX, e quando ela vem a fazer parte da prática de uma escola, vem para atender uma demanda, e já vem derivada de experiências já vividas e que atenderam a diferentes propósitos e concepções de educação integral, e que agora, no atual sistema e realidade implantada, será “re-experimentada” com um propósito de se aperfeiçoar e atender ao propósito no qual foi pensada. Diante disso, não é por menos que o debate atual sobre essa educação é fundamentado por uma multiplicidade de finalidades, concepções e práticas da mesma.

A escolarização de tempo integral, se efetiva nas escolas da rede pública brasileira através do Programa Mais Educação, criado em 2007, e que vem sofrendo alterações em sua estrutura a cada mudança de governo, e atualmente, apresenta-se como Programa Novo Mais Educação. Nesta política de ampliação da jornada escolar, o governo federal põe em prática o referido programa que vem efetivar a escolarização de tempo integral nas escolas públicas do seu sistema educacional. Além do objetivo de ampliação dos tempos e espaços da educação

integral, o programa assume um modelo focal, de tipo compensatório, dirigindo ações para populações em situação de risco e a escolas e territórios com vulnerabilidade social (BRASIL, 2007).

Com isso, buscamos, nessa pesquisa, através da opinião expressa nos questionários e entrevista informal, com os alunos, pais, professores, gestores e coordenadores das escolas envolvidas, evidenciar que tipo de mudanças ou efeitos dessa escolarização de tempo integral, representada pelo Programa Novo Mais Educação – PMNE, o que trouxe para as escolas e em que medida esses efeitos contribuíram para que houvesse avanço ou retrocessos nessas escolas, e quais foram eles.

Em relação a questão de efeitos de melhorias trazidas pelo Programa Novo Mais Educação, que se caracterizam avanços, esses foram notados dentro das três escolas, seja de cunho material ou na aprendizagem dos alunos, em algumas, de maneira mais intensa como é o caso da escola mais antiga e a intermediária, apontam para melhorias na aprendizagem, no comportamento dos alunos, evasão e aquisições materiais, instrumentos necessários que contribuem para o alcance dessas melhorias.

A opinião das três escolas são expressadas com intensidade diferente uma da outra, de forma que as mais antigas em tempo de adesão, admitem perceber mais efeitos positivos do que a mais nova no processo, situação essa compreensível, pois obedece uma lógica sequencial e que é perfeitamente compreensível pelo fato de que as escolas mais antigas no processo de adesão a escolarização de tempo integral já terem um tempo maior de experiência com o Programa, do que a mais nova que expressa uma maneira mais tímida na visão dos efeitos de melhorias educacionais, focando mais nas materiais como melhorias na qualidade da merenda e aquisições materiais, mas essa escola com um tempo menor de escolarização de tempo integral consegue distinguir efeitos positivos no aspecto educacional, apontam uma redução no índice de evasão. Essa diferença de opinião entre as escolas envolvidas, segue como anteriormente já foi dito, a ordem natural na sequência cronológica das adesões, o que é facilmente compreendido.

Em se tratando de efeitos negativos, que se caracterizam por retrocessos, e que se instalaram no cotidiano da escola com a oferta da escolarização de tempo integral, representada pelo Programa Novo Mais Educação/PNME, o mais apontado pelas escolas participantes da pesquisa foi a questão das instalações físicas inadequadas, o que já era de se esperar, pois, as escolas públicas brasileiras não foram projetadas para atender educação em tempo integral, e com o aumento da demanda por turno, acaba se perdendo espaço (físico) e ganhando se

improvisos, instalando-se um clima de desconforto aos alunos, professores e demais funcionários.

Ressalta-se que, por motivo dos espaços serem, na maioria das vezes improvisados para atender os alunos do contraturno, quando não há espaço para eles, acaba-se por descumprir uma exigência importantíssima que requer uma escola com tempo integral, ou seja, uma criança que passa a maior parte de seu tempo na escola, no mínimo sete horas do seu dia, necessita de um ambiente preparado para esse fim, espaços onde possa descansar, fazer sua higiene adequada (banheiros com chuveiros e vestiário), uma sala adequada para realizar as atividades, pois em algumas situações, não existem salas para essas atividades extras, as mesmas são realizadas em locais improvisados como refeitório, sala de vídeo, pátio, quintal da escola e outros. Com isso, o rendimento desse aluno, que poderia ser melhor, não atinge o esperado, devido ao enfado, sendo esse um dos motivos que leva o aluno do PNME a evadir. Situação essa que acaba por se tornar contraditória no que diz respeito a uma das finalidades da política de educação integral, no que diz respeito a ampliação do tempo e do espaço.

Nesse caso somente o tempo de permanência para esses alunos na escola foi ampliado, por que em nenhuma dessas escolas foram realizadas obras de ampliação do espaço para acomodar a necessidade desses alunos que ficam no contra turno, e até o momento não ouviu dizer de nenhuma dessas escolas atendidas pelo programa que tenha sido contemplada com obras de ampliação do espaço, em virtude da ampliação do tempo de permanência desses alunos na escola. Isso se configura em retrocesso, pois a qualidade dos espaços ofertados para os alunos realizarem suas atividades, ficou pior do que quando antes da oferta da escolarização tempo integral.

Outro ponto, não bem visto pelos participantes da pesquisa, é que alguns desses colaboradores – não generalizando, pois foram encontrados também colaboradores habilitados e experientes –, em especial, de acompanhamento pedagógico, não serem habilitados para na função, e por falta de habilitação e experiência, pois a maioria é universitária ainda, e isso pode apresentar falhas na maneira como ministram as aulas, motivo de reclamação de alguns pais, até professores de alunos por estes acompanhados.

Mas como já foi dito, esses, são apenas voluntários, não recebem salário pelo que fazem, apenas ajuda de custo para transporte e alimentação. Mas onde fica a parte que garante o direito da formação continuada e valorização do profissional da educação? Como um aluno pode evoluir na qualidade da educação, se ao sair do seu turno de educação básica, parte para o contraturno para receber aulas de acompanhamento pedagógico, esperando fortalecer o

aprendizado recebido pelo seu professor graduado, mas o conhecimento e prática do seu “professor” do contraturno, em algumas ocasiões, não chega a ser suficiente para lhe tirar as dúvidas, porque ele não tem uma formação ou quando muito ainda está em processo?

Mas realmente, esse seria um ponto para ser revisto pelos idealizadores do programa ou das políticas de escolarização de tempo integral, pois, se aquele que ensina não tiver domínio do conteúdo que transfere aos seus alunos, esse ensino acabara por sair deficitário. E, o domínio só se pode exigir de alguém que foi qualificado e habilitado para tal fim.

Outro ponto negativo apontado foi a questão do atraso na liberação do recurso para dar andamento nas atividades, ou seja, que as financia. Como o recurso é liberado por parcelas, na maioria das vezes duas, os atrasos atrapalham pois não se pode dar uma continuidade das atividades que muitas vezes ultrapassam de um ano letivo para outro, tendo sua finalização no ano seguinte.

E o ponto mais prejudicial é quando as atividades têm que ser interrompidas pela metade, devido à falta do repasse de recurso, então há uma descontinuidade, um prejuízo, às vezes, irrecuperável, em tudo aquilo que já haviam aprendido ou desenvolvido, muitas vezes tendo que recomeçar tudo, e outros alunos nem recomeçam, pois perdem a motivação de retornar ao programa ficando como evadidos.

Outros, não conseguem terminar o que começaram, quando as atividades ultrapassam de um ano letivo para o outro, pois muitas vezes tem que mudar de escola e ficam como transferidos, mais não concluem, ou seja, por que sua nova escola não tem o programa, as atividades desta são diferentes da qual era oferecido na antiga escola, ou não ter disponibilidade de vaga no PME da nova escola ou por que o desenvolvimento das atividades não acontece igual, pois cada uma tem a sua maneira de desenvolver os trabalhos, cada monitor tem sua peculiaridade em ministrar sua aula. Enfim, são inúmeros os motivos que levam esse aluno a desistir de uma atividade que havia iniciado e que poderia ter chances de concluir se houvesse tempo hábil para isso.

Outro ponto que merece atenção nesse processo, é em relação aos benefícios destinados as escolas inseridas nesse processo. Esses, estão assegurados por lei através da Portaria MEC de nº 1.144/16, no qual concentra esforços na melhoria da aprendizagem nas disciplinas de língua portuguesa e matemática para os alunos do ensino fundamental, que também amplia a jornada escolar desses alunos e adolescentes do ensino fundamental. O recurso financeiro é repassado através do FUNDEB diretamente para as contas bancárias das unidades executoras das escolas inseridas no processo.

Sendo, cada voluntário (L.Portuguesa e Matemática – mediadores) recebe 150 reais para 15 horas semanais e 80 reais para turmas de atividades complementares (facilitadores), por turma, durante oito meses nas escolas urbanas. As escolas rurais recebem 50% a mais desses valores. Já as escolas com carga horária de 5h semanais será pago de ressarcimento 80 reais por mês para as turmas de acompanhamento pedagógico. E para as rurais, 50% a mais desse valor.

As escolas receberão recursos adquirir de material de consumo e na contratação de serviços necessários às atividades complementares, sendo 15,00 reais por aluno, escolas urbanas e rurais, com carga horária de 15 horas. As escolas com carga horária de 5 horas semanais o valor têm de 5,00 reais por aluno, cujos valores serão anuais.

A visão dos gestores diante da implantação do programa de escolarização de tempo integral, expressa através de entrevistas e conversa informal, é de que, houveram muitos ganhos para os alunos, professores e comunidade escolar. A escola em tempo integral é um espaço no qual, apesar das dificuldades encontradas, tais como espaço físico inadequado, é possível a criação de um ambiente harmonioso e integrado que favoreça ao aluno se beneficiar da educação integral em tempo integral.

As atividades ofertadas e implementadas, e efetivadas por repasses financeiros diretamente a escola, permite que o aluno vivencie mais intensamente a dimensão social de forma prática, aprende a viver convivendo; a vivência das experiências educacionais, em ambientes que favorecem o desenvolvimento da aprendizagem, também favorece o cultivo da alegria que acontece quando o aluno socializa seus conhecimentos com outros da mesma forma que recebe num ambiente que favorece a alegria do aprender. Tal convivência possibilita ao aluno desejo de continuar aprendendo ao longo da vida. A escola em tempo integral com educação integral possibilita qualidade de vida para muitos que carecem e jamais alcançariam, se não fosse por esse meio.

A opinião, da maioria, dos pais dos alunos que participam do programa de escolarização de tempo integral, consideram que tem sido bom para seus filhos, citam que o programa tem contribuído para melhorar a aprendizagem e o comportamento de seus filhos, evita que as crianças fiquem nas ruas e incentiva o gosto pelos estudos e a merenda oferecida é de qualidade melhor.

Uma minoria não aprovou o programa o considerando ruim, afirmando que o mesmo não atingiu os resultados que esperavam em relação a seus filhos. É comum aos pais das três escolas apontarem fatores que consideram negativos, tais como, a estrutura física da escola que precisa melhorar para atender os alunos. E sugerem o aumento da carga horária do programa,

o oferecimento de uma variedade maior de atividades e investir em professores qualificados. Os pais da escola mais nova na adesão, estão totalmente satisfeitos, considerando que o Programa não precisa melhorar em nada.

CONCLUSÃO

Evidenciou-se, nesta pesquisa, a partir da análise dos documentos norteadores da implementação da educação em tempo integral na rede municipal e dos discursos dos sujeitos envolvidos na experiência, quais foram os efeitos positivos que permitiu a escolar avançar na qualidade dos serviços ofertados, e estes podem ser aproveitados como pontos fortes do programa, podendo até mesmo serem alvos para novas políticas voltadas para essa educação. E o que diz respeito aos efeitos negativos, evidenciados, que levaram a escola a retroceder em alguns pontos, também, servirão para uma reflexão sobre a necessidade de mudanças necessárias para que a educação de tempo integral se concretize e avance na realidade e na prática das escolas públicas brasileiras.

Nesse sentido, observa-se que a perspectiva “integradora” presente nos objetivos da proposta da educação nacional, visto que tendem a promover a educação através da articulação entre diferentes projetos, atividades e governos locais. Trata-se de uma visão educacional que fundamenta as experiências contemporâneas, na medida em que os diferentes espaços, territórios e sujeitos articulados são produtores de conhecimento e promovem uma perspectiva de educação integral.

Nessa compreensão, importa entender que esta perspectiva possui fundamentos próprios que sustentam sua construção bem como sua manutenção. Desse modo, evidenciamos a oportuna articulação que dispomos entre a concepção contemporânea de educação integral e os aportes teórico-metodológicos realizados no campo, ainda em construção.

Finalmente, recomendamos algumas susgetões que possam vir a contribuir na implementação da educação de tempo integral nas escolas da rede municipal de Porto Velho - Rondônia, quais sejam: investir na formação (continuada) do professor da educação básica com escolarização de tempo integral e voluntários dessa educação. Investir na divulgação da qualidade e quantidade da alimentação ofertada para os alunos inscritos no programa de descolarização de tempo integral, com a intenção de aumentar o número de interessados por esta escolarização, almejando os efeitos de melhorias na aprendizagem e diminuição da evasão dos alunos da educação básica.

É essencial que haja uma rotina de planejamento integrado, de toda a equipe envolvida e voluntários para atingir melhor aproveitamento e rendimento das ações, envolvendo nesse processo a avaliação dessas ações e resultados.

Em se tratando do efeito negativo de infraestrutura e espaço físico inadequado, sugere-se a implementação de políticas públicas voltadas para essa situação, implementadas pela comunidade escolar, secretaria de educação e autoridades políticas locais.

EFFECTS OF COMPREHENSIVE TIME SCHOOLING IN THREE SCHOOLS OF THE MUNICIPALITY OF PORTO VELHO-RO.

Abstrat: This article has as main objective to demonstrate the results obtained from a research that analyzes the results of full time schooling in three public schools of the municipal network, Porto Velho, through observation and data collected directly from the schools involved in the process. The data obtained and analyzed, from the three schools with different times of adherence to the full-time schooling process, show that the positive points acquired, from the adhesion, were notorious and satisfactory to the clientele and involved in the process, in comparison to the negative points entailed by the implementation of this type of schooling was much less intense, but also visible and perceptible to the public offered and involved. With the results shown, it is concluded that, even in the experimental and adaptation phases, the results, for this full-time schooling implemented in the schools investigated, are positive, the advances stand out in relation to the negative points or setbacks, that is, the gains are greater than the losses obtained by the implementation of this type of offer, and it is feasible to continue in the improvement of this implementation to invest in the offer of full-time schooling.

KEYWORDS: Integral time education. Integral Education Program. Integral Schooling. More Education Program.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver.** In: MOLL, J. (Org.). Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 34-35.

BEZERRA, Juliana. **Estatuto da Criança e Adolescente ECA.** Disponível em <https://www.todamateria.com.br/autor/juliana-bezerra/>; Acesso em: 26/02/018.

Brasil, [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil : **texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008.** – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p

CANDAU, Vera. **Direitos humanos, educação e interculturalidade:** As tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, v.13, n. 37, jan./abr. 2008.

CARLINI, Herb. **A construção dos centros integrados em Americana e Santa Bárbara D'Oeste (SP)**. In: MOLL, Jaqueline, et al. (Orgs.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

CAVALIERE, Ana Maria. **Anísio Teixeira e a educação integral**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. 2010.

CEDECA – RIO DE JANEIRO **Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente** Rio de Janeiro – RJ – Brasil, 2017.

Coll, C. (2004). **Construtivismo e educação: A concepção construtivista do ensino e deaprendizagem**. In C. Coll, J. Palacios, & A. Marchesi, (Orgs.), **Desenvolvimento psicológico e educação**, II, Psicologia da educação escolar (pp. 107-127). Porto Alegre: Artmed.

FARIA, L. Prefácio. In: **MOLL J. et al. Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 20.

IMBERNON, Francisco. **Formação docente e profissional – Forma-se para a mudança e a incerteza**. 4ª edição. São Paulo. Cortez, 2001, 2004 (Coleção questões de nossa época).

LDB. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. Rio de Janeiro, Cortez, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Currículo: **política, cultura e poder**. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, pp.98-113, Jul/Dez 2006.

MARINHO, Iasmin da Costa. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Disponível em <https://www.infoescola.com/educacao/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/>; Acesso em: 12 nov. 2018.

MARRI, Izabel; RACCHUMI, Júlio. **Infraestrutura escolar e desempenho educacional em Minas Gerais: possíveis associações**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 28. 2012, Águas de Lindoia. Anais. Águas de Lindoia, SP: Abep, 2012.

MENEZES, J. S. S. **Educação em tempo integral: direito e financiamento...Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 45, p. 137-152, jul./set. 2012. Editora UFPR.

MOLL, Jaqueline. **A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública**. In: MOLL, Jaqueline et al. (Orgs.). **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa. Como ensinar. Tradução Ernani F. da F. Rosa**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.